CLIPPING INTERNET

14/07/2022 ATÉ 14/07/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1
1.2 SITE O PROGRESSO..... 2
2 DECISÕES
2.1 BLOG DAVI MAX..... 3
2.2 BLOG DO VANILSON RABELO..... 4
2.3 BLOG DOMINGOS COSTA..... 5
2.4 BLOG GILBERTO LIMA..... 6
2.5 BLOG GLAUCIO ERICEIRA..... 7
2.6 BLOG JOHN CUTRIM..... 8
2.7 BLOG ME INFORMO..... 9
2.8 BLOG O INFORMANTE..... 10
2.9 BLOG O MAIOR DO MUNDO..... 11
2.10 BLOG TRIBUNA98..... 12
2.11 BLOG WERBETH SARAIVA..... 13
2.12 BLOG ZECA SOARES..... 14
2.13 SITE IMPERATRIZ NOTÍCIAS..... 15
2.14 SITE MARANHÃO DE VERDADE..... 16
2.15 SITE PORTAL DO GUIGUI..... 17
3 INSTITUCIONAL
3.1 BLOG PÁGINA 2..... 18
3.2 SITE O MARANHENSE..... 19
4 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO
4.1 SITE IMIRANTE.COM..... 20
4.2 SITE O IMPARCIAL ONLINE..... 21

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
14/07/2022 - BLOG DAVI MAX
POSITIVA
PGJ pede afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

PGJ pede afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

A Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) pede, em processo que tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão, o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O caso é um desdobramento da Operação Impacto desencadeada em março pela Polícia Civil, em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA).

O caso é um desdobramento da Operação impacto desencadeada em março pela Polícia Civil, em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA).

As investigações apontaram para indícios de fraude em um contrato multimilionário na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

Segundo o MP, um grupo criminoso teria atuado para direcionar, em favor da Sellix Ambiental, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Em virtude das investigações, Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores que foram apontados como integrantes da organização criminosa.

Entre os quatro servidores investigados estavam os então titulares das pastas de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones – este último chegou a ser preso na operação.

Na ocasião, o prefeito de Imperatriz disse que “são secretarias que não podem ficar sem titulares, por conta desse momento que estamos vivendo com as chuvas intensas. A administração não pode parar”. (Blog do Gilberto Leda)

IMPERATRIZ: PGJ pede afastamento e prisão do prefeito Assis Ramos...

A Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) pede, em processo que tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão, o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O caso é um desdobramento da Operação Impacto, desencadeada em março pela Polícia Civil, em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA). As investigações apontaram para indícios de fraude em um contrato multimilionário na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

Segundo o MP, um grupo criminoso teria atuado para direcionar, em favor da Sellix Ambiental, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Em virtude das investigações, Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores que foram apontados como integrantes da organização criminosa.

Entre os quatro servidores investigados estavam os então titulares das pastas de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones – este último chegou a ser preso na operação.

Na ocasião, o prefeito de Imperatriz disse que “são secretarias que não podem ficar sem titulares, por conta desse momento que estamos vivendo com as chuvas intensas. A administração não pode parar”.

Gilberto Léda.

Esquema milionário com a empresa Sellix faz a PGJ pedir o afastamento e a prisão do prefeito Assis Ramos, aliado de Weverton

Pedido de afastamento do cargo e a prisão do prefeito de Imperatriz está no gabinete do desembargador Francisco Ronaldo Maciel. O gestor da segunda maior prefeitura do Maranhão é acusado de crimes de falsidade ideológica, organização criminosa, peculato e fraudar ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

A Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão pediu a prisão preventiva e o afastamento do cargo do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil), aliado do senador Weverton Rocha (PDT).

A denúncia oferecida, imputa a existência de uma organização criminosa constituída na Administração Municipal de Imperatriz, a partir de 2017, e integrada por diversos servidores públicos, terceiros particulares (representantes da empresa) e liderada pelo Prefeito Assis Ramos a qual causou prejuízos de mais nove milhões de reais ao erário municipal, podendo ser ainda maior, pois encontra-se em apuração.

A investigação começou por denúncias de que máquinas e funcionários da SELLIX AMBIENTAL – contratada pelo município para prestação de serviço de limpeza pública – estavam sendo desviados e utilizados em obras na propriedade privada Alan Johnes, então Superintendente de Limpeza Pública e fiscal do contrato da empresa SELLIX. Por decisão judicial no curso da investigação, esse acusado foi afastado do cargo e encontra-se preso.

Apurou-se que a empresa SELLIX foi contratada mediante licitação fraudulenta realizada pela Secretaria de Infraestrutura, sob a direção de Francisco Pinheiro e com a cooperação e coordenação de diversos funcionários públicos (Superintendente da Limpeza, Procurador-Geral do Município, assessora de projetos da Sinfra, fiscais de contrato, entre outros), que atuaram tanto no processo licitatório quanto na execução contratual.

No curso da licitação, a empresa SELLIX chegou a ser inabilitada, por não atender os requisitos do edital. No entanto, uma manobra do grupo criminoso, reverteu a situação: o acusado Rodrigo do Carmo, Procurador Geral do Município, excedendo suas funções, assinou um parecer pela habilitação da SELLIX e inabilitação da empresa concorrente.

Anote-se que a intermediação entre o núcleo administrativo e o núcleo empresarial – formado pelos denunciados Marcus Aurellius e Alexander Vieira, representantes da empresa – foi feita pelo advogado e sobrinho do Secretário de Infraestrutura, José Fernandes que recebeu quantias exorbitantes oriundas de empresas integrantes do Grupo Prizma, do qual a SELLIX faz parte, em período contemporâneo às mudanças que passaram a beneficiá-la no procedimento licitatório.

Durante a execução contratual, descobriu-se que o esquema criminoso funcionava da seguinte forma: a empresa SELLIX apresentava medições que não correspondiam à realidade, com indicação de serviço superior

ao efetivamente realizado, permitindo o pagamento maior, autorizado pelo Secretário de Infraestrutura.

Toda a atividade do grupo criminoso era coordenada por Assis Ramos, que exercia verdadeiro poder de decisão quanto aos pagamentos realizados, valores, concordância com as medições apresentadas pela empresa SELLIX. Além disso, o ciente de todas as ilicitudes narradas na denúncia, desde a fase interna da licitação, até a execução contratual, o que pode ser confirmado, a partir das inúmeras reuniões realizadas com os representantes da SELLIX, Secretário de Infraestrutura e Superintendente de Limpeza, registradas na agenda oficial do prefeito, publicada no site da Prefeitura.

Assim, 11 pessoas foram denunciadas pelos crimes de organização criminosa, fraude à licitação, peculato e falsidade ideológica.

O caso está no TJ-MA no gabinete do desembargador Francisco Ronaldo Maciel Oliveira…

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
14/07/2022 - BLOG GILBERTO LIMA
POSITIVA
Tramita no TJMA processo que pede o afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

Tramita no TJMA processo que pede o afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

Tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão um processo da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) que pede o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O pedido é decorrente da Operação Impacto, deflagrada no mês de março pela Polícia Civil do Maranhão, junto ao Ministério Público, que investiga indícios de fraude em um contrato na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados em Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

À época da operação, o prefeito Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores apontados como integrantes da organização criminosa, entre eles o secretário de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones, que foi um dos alvos presos durante a “Impacto”.

O Informante tentou contato com o prefeito Assis Ramos, e aguarda um posicionamento sobre o pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

Com informações de O Informante/Jornal Pequeno

Prefeito de Imperatriz representa Procurador Geral de Justiça e o acusa de abuso de poder e perseguição política

Em representação protocolada na 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que tem como titular a Desembargadora Nelma Sarney, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, alega que, desde que o Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, indicado pelo então governador Flávio Dino, assumiu a chefia do MPMA, as vésperas das eleições municipais de 2018, o mesmo passou a ter contra si um verdadeiro perseguidor político.

Segundo o chefe do executivo imperatrizense, desde então escândalos de uso do MPMA contra adversários políticos daqueles que não rezam na cartilha do grupo do ex-governador são rotineiros.

“Desde Ações de Improbidade contrárias à Súmula Vinculante do STF até Invasão em propriedade sem ordem judicial”, diz.

Também alega Assis Ramos que Eduardo Nicolau ofereceu denúncia penal contra ele sem que esta denúncia tenha sido antecedida de ordem do TJMA para que, como prefeito, fosse investigado sobre os fatos nela narrados.

Recentemente, segundo o prefeito, as perseguições se acirraram depois de sua decisão em apoiar o grupo político do senador Weverton Rocha na eleição que se aproxima.

Em um trecho da representação, Assis acusa Eduardo Nicolau de atuar de forma diferente em acusação de nepotismo quando se refere ao atual governador Carlos Brandão:

“Agora, em 2022, o Sr. Flávio Dino entregou o cargo de governador para disputar eleição para o senado e quem assumiu foi o Sr. Carlos Brandão, o qual há pouco reconduziu o representado ao cargo de chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão e a quem o PGJ denomina como “amigo” em suas postagens em redes sociais. Um dos primeiros atos do agora governador foi nomear seu sobrinho para cargo político. Assim, o MPMA, com base na ação de improbidade movida contra o prefeito de Imperatriz por Nepotismo também deveria ingressar com a mesma ação contra o governador, ainda mais porque a Promotora, que é chefe do combate à corrupção do MPMA, é exatamente a mesma que ingressou com a ação contra o representante, porém o MPMA, comandado pelo representado, se posiciona e diz que não se trata de improbidade à luz da súmula vinculante nº 13 do STF o ato do chefe do executivo nomear parentes até 3º grau para cargos políticos. Ora, veja só, contra o prefeito adversário do grupo político de Flávio Dino, que escolheu o representado para chefe do MPMA, o fato de nomear parentes para cargos políticos é Improbidade, mas para o grupo do governador não é. Observe que a promotora que assinou a ação contra o prefeito foi promovida pelo representado ao cargo de chefe de combate à corrupção no Estado, assim o posicionamento da instituição deve ser imutável, porém, diante do grupo político que conduziu e depois reconduziu o Procurador Geral de Justiça do Estado ao cargo de chefe do MPMA e que queria a derrota de Assis Ramos nas urnas a decisão é outra, a de que o ato não é improbidade. Aí está a prova de que o representante tem sido perseguido pelo representado”, comentou.

Tramita no TJMA processo que pede o afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

Publicado em 14 de julho de 2022 Por John Cutrim

Tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão um processo da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) que pede o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O pedido é decorrente da Operação Impacto, deflagrada no mês de março pela Polícia Civil do Maranhão, junto ao Ministério Público, que investiga indícios de fraude em um contrato na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados em Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

À época da operação, o prefeito Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores apontados como integrantes da organização criminosa, entre eles o secretário de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones, que foi um dos alvos presos durante a “Impacto”.

O Informante tentou contato com o prefeito Assis Ramos, e aguarda um posicionamento sobre o pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão. (Do Informante)

Outro lado

O prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, diz que a denúncia tem motivação política orquestrada por seus adversários.

PGJ pede afastamento e prisão de Assis Ramos, prefeito de Imperatriz

Publicado em 14 de julho de 2022 por Redação
2

A PGJ do Maranhão pediu a prisão preventiva e o afastamento do cargo do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil), aliado do senador Weverton Rocha (PDT).
A decisão está no TJ-MA no gabinete do desembargador Francisco Ronaldo Maciel Oliveira. O prefeito Assis Ramos é acusado de crimes de falsidade ideológica, organização criminosa, peculato e fraudar ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

O Ministério Público Estadual incluiu no processo elementos colhidos em uma operação onde o nome de Assis Ramos foi mencionado como parte do esquema.

Processo 0813974-52-2022.8.10.0000

Tramita no TJMA processo que pede o afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

Por: O Informante
Data de publicação: 14/07/2022 - 15:52

Assis Ramos, prefeito de Imperatriz (Foto: DIvulgação)

Tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão um processo da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) que pede o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O pedido é decorrente da Operação Impacto, deflagrada no mês de março pela Polícia Civil do Maranhão, junto ao Ministério Público, que investiga indícios de fraude em um contrato na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados em Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

À época da operação, o prefeito Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores apontados como integrantes da organização criminosa, entre eles o secretário de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones, que foi um dos alvos presos durante a “Impacto”.

O Informante tentou contato com o prefeito Assis Ramos, e aguarda um posicionamento sobre o pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

Prefeito de Imperatriz representa Procurador Geral de Justiça e o acusa de abuso de poder e perseguição política

Em representação protocolada na 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que tem como titular a Desembargadora Nelma Sarney, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, alega que, desde que o Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, indicado pelo então governador Flávio Dino, assumiu a chefia do MPMA, as vésperas das eleições municipais de 2018, o mesmo passou a ter contra si um verdadeiro perseguidor político.

Segundo o chefe do executivo imperatrizense, desde então escândalos de uso do MPMA contra adversários políticos daqueles que não rezam na cartilha do grupo do ex-governador são rotineiros.

“Desde Ações de Improbidade contrárias à Súmula Vinculante do STF até Invasão em propriedade sem ordem judicial”, diz.

Também alega Assis Ramos que Eduardo Nicolau ofereceu denúncia penal contra ele sem que esta denúncia tenha sido antecedida de ordem do TJMA para que, como prefeito, fosse investigado sobre os fatos nela narrados.

Recentemente, segundo o prefeito, as perseguições se acirraram depois de sua decisão em apoiar o grupo político do senador Weverton Rocha na eleição que se aproxima.

Em um trecho da representação, Assis acusa Eduardo Nicolau de atuar de forma diferente em acusação de nepotismo quando se refere ao atual governador Carlos Brandão:

“Agora, em 2022, o Sr. Flávio Dino entregou o cargo de governador para disputar eleição para o senado e quem assumiu foi o Sr. Carlos Brandão, o qual há pouco reconduziu o representado ao cargo de chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão e a quem o PGJ denomina como “amigo” em suas postagens em redes sociais. Um dos primeiros atos do agora governador foi nomear seu sobrinho para cargo político. Assim, o MPMA, com base na ação de improbidade movida contra o prefeito de Imperatriz por Nepotismo também deveria ingressar com a mesma ação contra o governador, ainda mais porque a Promotora, que é chefe do combate à corrupção do MPMA, é exatamente a mesma que ingressou com a ação contra o representante, porém o MPMA, comandado pelo representado, se posiciona e diz que não se trata de improbidade à luz da súmula vinculante nº 13 do STF o ato do chefe do executivo nomear parentes até 3º grau para cargos políticos. Ora, veja só, contra o prefeito adversário do grupo político de Flávio Dino, que escolheu o representado para chefe do MPMA, o fato de nomear parentes para cargos políticos é Improbidade, mas para o grupo do governador não é. Observe que a promotora que assinou a ação contra o prefeito foi promovida pelo representado ao cargo de chefe de combate à corrupção no Estado, assim o posicionamento da instituição deve ser imutável, porém, diante do grupo político que conduziu e depois reconduziu o Procurador Geral de Justiça do Estado ao cargo de chefe do MPMA e que queria a derrota de Assis Ramos nas urnas a decisão é outra, a de que o ato não é improbidade. Aí está a prova de que o representante tem sido perseguido pelo representado”, comentou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
14/07/2022 - BLOG PÁGINA 2
POSITIVA
TJMA destina 5% das vagas terceirizadas para mulheres vítimas de violência

OPORTUNIDADE
TJMA destina 5% das vagas terceirizadas para mulheres vítimas de violência

Contratos firmados entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e empresas terceirizadas prestadoras de serviço com fornecimento de mão… […]

Contratos firmados entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e empresas terceirizadas prestadoras de serviço com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e de execução de obras de engenharia devem destinar 5% das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A determinação foi disciplinada no Ato da Presidência nº. 482022, assinado nessa quarta-feira (13/7).

Com a exigência, o TJMA visa oferecer condições necessárias para reintegrar à sociedade as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O ato considera o que está disposto na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que determina que nos editais com objeto de licitações, um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.

Segundo o documento, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) ficará responsável pela triagem e indicação das mulheres às vagas ofertadas, em consonância com os critérios apontados pelas empresas contratantes.

De acordo com o normativo, em caso de descumprimento, fica instituída a aplicação de sanção administrativa e multa diária de 0,2% do valor do contrato, em período não superior a 10 (dez) dias. Em não havendo adequação no prazo de 60 dias, a administração providenciará a rescisão contratual, com a aplicação de multa por inexecução total do contrato, sem prejuízo da aplicação de demais sanções previstas no contrato.

Na hipótese de indisponibilidade de mão de obra qualificada para as atividades laborais requeridas pela empresa terceirizada, a Cemulher certificará a impossibilidade de cumprimento do normativo, no que diz respeito à contratação dessas mulheres.

Leia o Ato da Presidência nº. 482022 na íntegra.

Bomba!!! PGJ pede prisão de Assis Ramos, prefeito de Imperatriz

14 de julho de 2022 0 comentário

A PGJ do Maranhão pediu a prisão preventiva e o afastamento do cargo do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil), aliado do senador Weverton Rocha (PDT).

A decisão está no TJ-MA no gabinete do desembargador Francisco Ronaldo Maciel Oliveira. O prefeito Assis Ramos é acusado de crimes de falsidade ideológica, organização criminosa, peculato e fraudar ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

O Ministério Público Estadual incluiu no processo elementos colhidos em uma operação onde o nome de Assis Ramos foi mencionado como parte do esquema.

Processo 0813974-52-2022.8.10.0000

PGJ pede afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

A Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) pede, em processo que tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão, o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O caso é um desdobramento da Operação Impacto, desencadeada em março pela Polícia Civil, em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA).

As investigações apontaram para indícios de fraude em um contrato multimilionário na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

Segundo o MP, um grupo criminoso teria atuado para direcionar, em favor da Sellix Ambiental, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Em virtude das investigações, Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores que foram apontados como integrantes da organização criminosa.

Entre os quatro servidores investigados estavam os então titulares das pastas de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones – este último chegou a ser preso na operação.

Na ocasião, o prefeito de Imperatriz disse que “são secretarias que não podem ficar sem titulares, por conta desse momento que estamos vivendo com as chuvas intensas. A administração não pode parar”.

Fonte: Gilberto Léda

PGJ pede afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

Por Zeca Soares
14 de julho de 2022
Comente

A Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) pede, em processo que tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão, o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O caso é um desdobramento da Operação Impacto, desencadeada em março pela Polícia Civil, em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA).

As investigações apontaram para indícios de fraude em um contrato multimilionário na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

Segundo o MP, um grupo criminoso teria atuado para direcionar, em favor da Sellix Ambiental, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Em virtude das investigações, Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores que foram apontados como integrantes da organização criminosa.

Entre os quatro servidores investigados estavam os então titulares das pastas de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones – este último chegou a ser preso na operação (saiba mais).

Na ocasião, o prefeito de Imperatriz disse que “são secretarias que não podem ficar sem titulares, por conta desse momento que estamos vivendo com as chuvas intensas. A administração não pode parar”.

O blog aguarda posicionamento do prefeito Assis Ramos.

Blog do Gilberto Léda

Maranhão adere nesta segunda-feira (18) iniciativa nacional contra superlotação em presídios

Cerimônia será realizada na Sala das Sessões Plenárias do TJ-MA.
Imirante.com, com informação do TJ-MA

14/07/2022 às 16h04
Sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), no Centro Histórico de São Luís.
Sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), no Centro Histórico de São Luís. (TJMA)

SÃO LUÍS - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (Esmam) assinam, nesta segunda-feira (18), um Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a criação da primeira Central de Regulação de Vagas no Brasil. A cerimônia será realizada na Sala das Sessões Plenárias do TJ-MA (Praça D. Pedro II, s/n – Centro – São Luís/MA) a partir das 10h e será transmitida ao vivo pelo canal do TJ-MA no Youtube.

Central de Regulação de Vagas

A metodologia da Central de Regulação de Vagas, desenvolvida desde 2019, parte de boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional. A assinatura do termo dará seguimento a diálogos em andamento com o CNJ desde o final de 2020 para que a implantação da Central maranhense esteja alinhada às necessidades locais.

A ação se insere no contexto de iniciativas que vêm sendo empreendidas pelos poderes públicos locais para responder aos episódios registrados no Complexo de Pedrinhas que resultaram em determinações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O CNJ trabalha a proposta da Central de Regulação de Vagas com os atores locais com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do programa Fazendo Justiça.

Ainda na segunda-feira, no período da tarde, o tema da ocupação de vagas volta a ser tratado na solenidade para implantação da Central de Vagas no Socioeducativo do Maranhão, assim como da metodologia das Audiências Concentradas. A solenidade ocorre no Salão Nobre do TJ-MA, a partir das 16h, com representantes do CNJ, do TJ-MA e do Executivo local por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular.

As duas ferramentas difundidas pelo CNJ com apoio do Fazendo Justiça já estão em diversas unidades da federação para superar desafios envolvendo adolescentes autores de atos infracionais.

A primeira evita ocupação excessiva das unidades de internação, dando cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo 143988. Já as audiências concentradas otimizam a participação dos poderes públicos e de pessoas próximas aos adolescentes no momento de avaliação do cumprimento da medida

socioeducativa para entender se ela ainda é necessária ou se já cumpriu seu objetivo.

TCE suspende processo administrativo da Prefeitura contra a CAEMA

Por
Carllos Alcantara
13 de julho de 2022
A companhia é acusada de ineficiência nos serviços de saneamento básico em Imperatriz
O atrito entre a Prefeitura de Imperatriz e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) parece ter ficado mais tenso após a última decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que suspendeu a decisão que a estatal tinha recorrido sobre a suspensão do contrato na segunda maior cidade do estado. A ação que foi aberta no início de 2019 tem se desdobrado para decisões maiores.

Recentemente, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) publicou uma decisão que suspende a rescisão contratual imediata por parte da Prefeitura, até que o processo no TJMA seja concluído. A decisão também afirma o encontro de irregularidades administrativas no processo de contratação da nova empresa. A medida cautelar também determina que a Prefeitura e a Caema tem o prazo de quinze dias para apresentar defesa.

O Prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (DEM) alega que a Caema não abastece toda a cidade com água de qualidade e que desepeja esgoto in natura desde o início das operações, em 1974: “Além dessa questão da distribuição da água, tem um problema muito mais grave que é a questão do esgotamento sanitário. A Caema não realiza o serviço como deveria fazer, causando um prejuízo grande para a nossa saúde e o meio ambiente, o que torna uma situação insustentável que exige de nossa parte uma tomada de posição”, afirma

O gestor também afirma que não haverá aumento dos valores das taxas cobradas pelos serviços, e que as regiões desatendidas pelo Plano Diretor da cidade serão priorizadas pela gestão.

A decisão inclusive, foi apoiada pela Câmara Municipal de Imperatriz, com a aprovação que cria a Superintendência Municipal de Saneamento Básico e endossa a quebra de contrato com a empresa que tem acumulado reclamações em vários bairros da cidade. O projeto, que foi aprovado em 2021, abriu as discussões para toda a sociedade civil. O TJMA, inicialmente acolheu decisão que suspende as decisões da ação judicial e determina que a Caema continue prestando serviços para a cidade.

A Procuradoria-Geral do Município tem mediado os procedimentos para a contratação de uma nova empresa de saneamento. Inicialmente, uma nova empresa já está em fase de contratação emergencial provisória, para que a licitação ocorra no período de transição entre a Caema e a nova empresa privada. O prazo é que a nova empresa assuma os trabalhos em um prazo de seis meses.

Com Colaboração de Tayná Duarte, Aline Marinho e Paulo Maciel

Esquema milionário com a empresa Sellix faz a PGJ pedir o afastamento e a prisão do prefeito Assis Ramos

A Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão pediu a prisão preventiva e o afastamento do cargo do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil), aliado do senador Weverton Rocha (PDT).

A denúncia oferecida, imputa a existência de uma organização criminosa constituída na Administração Municipal de Imperatriz, a partir de 2017, e integrada por diversos servidores públicos, terceiros particulares (representantes da empresa) e liderada pelo Prefeito Assis Ramos a qual causou prejuízos de mais nove milhões de reais ao erário municipal, podendo ser ainda maior, pois encontra-se em apuração.

A investigação começou por denúncias de que máquinas e funcionários da SELLIX AMBIENTAL – contratada pelo município para prestação de serviço de limpeza pública – estavam sendo desviados e utilizados em obras na propriedade privada Alan Johnes, então Superintendente de Limpeza Pública e fiscal do contrato da empresa SELLIX. Por decisão judicial no curso da investigação, esse acusado foi afastado do cargo e encontra-se preso.

Apurou-se que a empresa SELLIX foi contratada mediante licitação fraudulenta realizada pela Secretaria de Infraestrutura, sob a direção de Francisco Pinheiro e com a cooperação e coordenação de diversos funcionários públicos (Superintendente da Limpeza, Procurador-Geral do Município, assessora de projetos da Sinfra, fiscais de contrato, entre outros), que atuaram tanto no processo licitatório quanto na execução contratual.

No curso da licitação, a empresa SELLIX chegou a ser inabilitada, por não atender os requisitos do edital. No entanto, uma manobra do grupo criminoso, reverteu a situação: o acusado Rodrigo do Carmo, Procurador Geral do Município, excedendo suas funções, assinou um parecer pela habilitação da SELLIX e inabilitação da empresa concorrente.
Anote-se que a intermediação entre o núcleo administrativo e o núcleo empresarial – formado pelos denunciados Marcus Aurellius e Alexander Vieira, representantes da empresa – foi feita pelo advogado e sobrinho do Secretário de Infraestrutura, José Fernandes que recebeu quantias exorbitantes oriundas de empresas integrantes do Grupo Prizma, do qual a SELLIX faz parte, em período contemporâneo às mudanças que passaram a beneficiá-la no procedimento licitatório.

Durante a execução contratual, descobriu-se que o esquema criminoso funcionava da seguinte forma: a empresa SELLIX apresentava medições que não correspondiam à realidade, com indicação de serviço superior ao efetivamente realizado, permitindo o pagamento maior, autorizado pelo Secretário de Infraestrutura.
Toda a atividade do grupo criminoso era coordenada por Assis Ramos, que exercia verdadeiro poder de decisão quanto aos pagamentos realizados, valores, concordância com as medições apresentadas pela empresa SELLIX.
Além disso, o ciente de todas as ilicitudes narradas na denúncia, desde a fase interna da licitação, até a execução contratual, o que pode ser confirmado, a partir das inúmeras reuniões realizadas com os representantes da SELLIX, Secretário de Infraestrutura e Superintendente de Limpeza, registradas na agenda oficial do prefeito, publicada no site da Prefeitura.

Assim, 11 pessoas foram denunciadas pelos crimes de organização criminosa, fraude à licitação, peculato e falsidade ideológica.

O caso está no TJ-MA no gabinete do desembargador Francisco Ronaldo Maciel Oliveira.

Maranhão é o primeiro a aderir iniciativa nacional contra superlotação em presídios

Termo de Cooperação Técnica será assinado na segunda-feira (18). A cerimônia será realizada na Sala das Sessões Plenárias do TJMA.

O TJMA está localizado na Praça D. Pedro II, s/n – Centro – São Luís/MA. (Foto: Divulgação/Ribamar Pinheiro)

Por: Da Redação, com informações do TJMA
14 de Julho de 2022
O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) assinam nessa segunda-feira (18) Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a criação da primeira Central de Regulação de Vagas no Brasil.

A cerimônia será realizada na Sala das Sessões Plenárias do TJMA (Praça D. Pedro II, s/n – Centro – São Luís/MA) a partir das 10h e será transmitida ao vivo pelo canal do TJMA no Youtube.

A metodologia da Central de Regulação de Vagas, desenvolvida desde 2019, parte de boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional.

A assinatura do termo dará seguimento a diálogos em andamento com o CNJ desde o final de 2020 para que a implantação da Central maranhense esteja alinhada às necessidades locais.

A ação se insere no contexto de iniciativas que vêm sendo empreendidas pelos poderes públicos locais para responder aos episódios ocorridos no Complexo de Pedrinhas que resultaram em determinações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O CNJ trabalha a proposta da Central de Regulação de Vagas com os atores locais com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do programa Fazendo Justiça.

Ainda na segunda-feira (18), no período da tarde, o tema da ocupação de vagas volta a ser tratado na solenidade para implantação da Central de Vagas no Socioeducativo do Maranhão, assim como da metodologia das Audiências Concentradas.

A solenidade ocorre no Salão Nobre do TJMA, a partir das 16h, com representantes do CNJ, do TJMA e do Executivo local por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular.

As duas ferramentas difundidas pelo CNJ com apoio do Fazendo Justiça já estão em diversas unidades da federação para superar desafios envolvendo adolescentes autores de atos infracionais.

A primeira evita ocupação excessiva das unidades de internação, dando cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo 143988. Já as audiências concentradas otimizam a participação dos poderes públicos e de pessoas próximas aos adolescentes no momento de avaliação do cumprimento da medida socioeducativa para entender se ela ainda é necessária ou se já cumpriu seu objetivo.

TJMA realiza 161 acordos na Semana do Divórcio Gratuito em Imperatriz

Com o intuito de facilitar o acesso da população à Justiça e resolver conflitos de forma rápida, gratuita e efetiva, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu, de 4 a 8 de julho, a Semana do Divórcio Gratuito. Desta vez, a ação itinerante foi realizada em Imperatriz.

Durante o evento, a população solucionou, nas dependências do Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA de Imperatriz, questões pré-processuais (as quais ainda não foram judicializadas), referentes a divórcio.

O projeto é promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo de Sousa Filho, e coordenado pelo juiz Marcelo Oka, com vistas a estimular a solução consensual de demandas, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

Esta edição do Projeto Conciliação Itinerante foi idealizada pelo coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca.

RESULTADOS

Das 188 audiências designadas, 166 foram realizadas. O percentual de acordos concretizados foi de 96,99%, com um total de 161 conflitos referentes à divórcios, solucionados.

Um exemplo de caso atendido na ocasião, foi a realização de um divórcio consensual por videoconferência, por razão do requerente habitar em Imperatriz, e a parte requerida residir na Espanha. O acordo entre as partes, que já estavam separadas de fato desde 2008, foi homologado e assinado no mesmo dia da audiência, quinta-feira (7/7), pelo Coordenador do NUPEMEC, juiz Marcelo Elias Matos e Oka.

MAIS INFORMAÇÕES

O Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA está à disposição de magistrados, magistradas, servidores e servidoras, para dirimir dúvidas sobre a Semana Estadual da Conciliação.

Para mais informações, entrar em contato pelo e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

O post TJMA realiza 161 acordos na Semana do Divórcio Gratuito em Imperatriz apareceu primeiro em O

Maranhense.

Tribunal de Justiça recebe estudantes de Direito do CEUMA

14/07/2022 09:14:06

Alunos e alunas, entre os 4º e 8º de Direito da Universidade CEUMA, visitaram, nessa quarta-feira (13/07), as dependências da terceira Corte de Justiça mais antiga do país, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O momento, idealizado pelos professores Ismael Assunção e Edson Miranda, faz parte do curso de férias "Escritório-Escola" da instituição de ensino. Os estudantes foram recebidos e guiados pelo diretor Judiciário do TJMA, Laercio Leão Amaral, e pelo colaborador Caio Fernando Costa.

Cerca de 30 alunos(as) do curso "Escritório-Escola" iniciaram a visita ao TJMA na Sala de Sessão Plenária, onde acompanharam a sessão jurisdicional, presidida pelo presidente do Judiciário maranhense, desembargador Paulo Velten, em que os magistrados e as magistradas julgavam processos. Na abertura da sessão, o presidente do TJMA ressaltou a presença dos estudantes.

Em seguida, os estudantes foram guiados para conhecer os gabinetes de desembargadores e desembargadoras; as salas das Câmaras Cível e Criminal; a Galeria de ex-presidentes do TJMA; o Salão Nobre; e o Pleninho.

No início da conversa, o diretor Judiciário do TJMA, Laercio Leão Amaral, dirigiu-se aos estudantes, destacando a satisfação de recebê-los e enfatizou que o Tribunal está de portas abertas, pois o que o Judiciário deseja é a aproximação com a comunidade e dar fim a ideia de distanciamento entre as partes.

"Esse momento renova esperança de que os senhores em breve estarão operando o Direito como certamente sonharam um dia e como a sociedade espera de vocês. O TJMA é um ambiente que precisa ser visitado mais vezes por todos para que entendam como funciona uma unidade ou uma coordenadoria, por exemplo. O Direito é dialético, como vocês perceberam durante a sessão, com o debate e divergência entre os magistrados e magistradas. Então, queria que saíssem daqui com a esperança de que é exatamente isso que vocês estão recebendo na universidade. A prática deve corresponder ao que a gente aprende na faculdade", disse o diretor Judiciário do TJMA

O professor e coordenador do curso "Escritório-Escola", Edson Miranda, falou da boa adesão dos estudantes, que compareceram voluntariamente, e como esse momento pede contribuir tanto no âmbito profissional quanto acadêmico, destacando que não teve a mesma oportunidade na graduação ao qual os alunos e alunas estão tendo.

"Essa visita permite que eles observem, como que na prática, o Poder Judiciário funciona. Alguns já assistiram à audiência no 1º Grau, mas nenhum teve acesso ao Tribunal, tanto para conhecer as instalações quanto para observar como é o julgamento no plenário. Então, é um momento para que eles já se familiarizem com o ambiente que eles terão no dia a dia, na prática. Aqueles que optem pela advocacia vão precisar vivenciar isso nas ações, no recurso, como também aqueles que almejam carreira no serviço público para que conheçam como é o funcionamento".

Já o professor Ismael Assunção deu o seu testemunho de quando fez estágio no TJMA e relembrou a importância desse período. "Foi uma das melhores experiências de estágio que tive, onde aprendi muito e participei assistindo as sessões no plenário, em 2009. Então, eu quero parabenizar vocês por estarem aqui. Poderiam estar viajando, curtindo as férias, mas estão aqui, com essa sede de conhecimento e vontade de aprender. Parabéns a vocês, e obrigado ao TJMA", finalizou.

EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES

O estudante do 8ª período de Direito, Paulo André Vieira, falou da relevância da experiência. "Essa visita foi bem interessante e gratificante, porque a gente conhece o Tribunal com outros olhos. Nós alunos às vezes só acompanhamos pelo site o que acontece, e aqui tivemos a oportunidade de conhecer o dia a dia e todo o espaço, e com certeza pretendemos voltar outras vezes", comentou.

O momento também foi de grande relevância para a estudante Maria Cavalcanti, do 8º período, que disse ter ficado muito feliz com a oportunidade de conhecer o TJMA. "Essa visita foi incrível e enriquecedora. Eu não conseguirei, de forma alguma, resumir em palavras. Foi um prestígio conhecer não só essa estrutura linda que tem esse ambiente, mas também entender sobre a composição e as contribuições que falou para gente o diretor Judiciário, entender sobre carreiras que estamos sonhando um dia almejá-las. Espero um dia voltar", falou.

AGENDAMENTO

As coordenações de instituições de ensino superior, que desejarem agendar a visita de estudantes ao Tribunal de Justiça do Maranhão, devem entrar em contato com o setor da Diretoria Judiciária, pelo e-mail: dirjudiciaria@tjma.jus.br.

O post Tribunal de Justiça recebe estudantes de Direito do CEUMA apareceu primeiro em O Maranhense.

TJMA realiza 161 acordos na Semana do Divórcio Gratuito em Imperatriz

Durante a Conciliação Itinerante, cidadãos e cidadãs solucionaram questões pré-processuais referentes à divórcio
Comentar
Ascom/TJMA
Agência TJMA de Notícias

O objetivo é estimular a pacificação social dos conflitos - Foto: Divulgação: Ascom/TJMA

Com o intuito de facilitar o acesso da população à Justiça e resolver conflitos de forma rápida, gratuita e efetiva, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu, de 4 a 8 de julho, a Semana do Divórcio Gratuito. Desta vez, a ação itinerante foi realizada em Imperatriz.

Durante o evento, a população solucionou, nas dependências do Centro Universitário do Maranhão - UNICEUMA de Imperatriz, questões pré-processuais (as quais ainda não foram judicializadas), referentes a divórcio.

O projeto é promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo de Sousa Filho, e coordenado pelo juiz Marcelo Oka, com vistas a estimular a solução consensual de demandas, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

Esta edição do Projeto Conciliação Itinerante foi idealizada pelo coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca.

RESULTADOS
Das 188 audiências designadas, 166 foram realizadas. O percentual de acordos concretizados foi de 96,99%, com um total de 161 conflitos referentes à divórcios, solucionados.

Um exemplo de caso atendido na ocasião, foi a realização de um divórcio consensual por videoconferência, por razão do requerente habitar em Imperatriz, e a parte requerida residir na Espanha. O acordo entre as partes, que já estavam separadas de fato desde 2008, foi homologado e assinado no mesmo dia da audiência, quinta-feira (7/7), pelo Coordenador do NUPEMEC, juiz Marcelo Elias Matos e Oka.

MAIS INFORMAÇÕES
O Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA está à disposição de magistrados, magistradas, servidores e servidoras, para dirimir dúvidas sobre a Semana Estadual da Conciliação. Para mais informações, entrar em contato pelo e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

Assis Ramos representa contra o Procurador de Justiça Eduardo Nicolau por abuso de poder e perseguição política

Há quem o Procurador de justiça está a serviço, da justiça ou de Brandão?

Em representação à segunda Câmara Cível que tem a frente a Desembargadora Nelma Sarney, o prefeito de Imperatriz alega que desde que o Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, indicado pelo então governador Flávio Dino, assumiu a chefia do MPMA, as vésperas das eleições municipais de 2018, passou ter contra si um verdadeiro perseguidor político. Segundo o chefe do executivo imperatrizense, desde então escândalos de uso do MPMA contra adversários políticos daqueles que não rezam na cartilha do grupo do ex-governador são rotineiros. “Desde Ações de Improbidade contrárias à Súmula Vinculante do STF até Invasão em propriedade sem ordem judicial”, diz.

Também alega Assis Ramos que Eduardo Nicolau ofereceu denúncia penal contra ele sem que esta denúncia tenha sido antecedida de ordem do TJMA para que como prefeito fosse investigado sobre os fatos nela narrados.

Recentemente, segundo o prefeito as perseguições se acirraram depois de sua decisão em marchar apoiar o grupo político do senador Weverton Rocha na eleição que se aproxima.

Em um trecho da representação Assis acusa Eduardo Nicolau de atuar de forma diferente em acusação de nepotismo quando se refere ao atual governador Carlos Brandão:

“Agora, em 2022, o Sr. Flávio Dino entregou o cargo de governador para disputar eleição para o senado e quem assumiu foi o Sr. Carlos Brandão, o qual há pouco reconduziu o representado ao cargo de chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão e a quem o PGJ denomina como “amigo” em suas postagens em redes sociais. Um dos primeiros atos do agora governador foi nomear seu sobrinho para cargo político. Assim, o MPMA, com base na ação de improbidade movida contra o prefeito de Imperatriz por Nepotismo também deveria ingressar com a mesma ação contra o governador, ainda mais porque a Promotora, que é chefe do combate à corrupção do MPMA, é exatamente a mesma que ingressou com a ação contra o representante, porém o MPMA, comandado pelo representado, se posiciona e diz que não se trata de improbidade à luz da súmula vinculante nº 13 do STF o ato do chefe do executivo nomear parentes até 3º grau para cargos políticos. Ora, veja só, contra o prefeito adversário do grupo político de Flávio Dino, que escolheu o representado para chefe do MPMA, o fato de nomear parentes para cargos políticos é Improbidade, mas para o grupo do governador não é. Observe que a promotora que assinou a ação contra o prefeito foi promovida pelo representado ao cargo de chefe de combate à corrupção no Estado, assim o posicionamento da instituição deve ser imutável, porém, diante do grupo político que conduziu e depois reconduziu o Procurador Geral de Justiça do Estado ao cargo de chefe do MPMA e que queria a derrota de Assis Ramos nas urnas a decisão é outra, a de que o ato não é improbidade. Aí está a prova de que o representante tem sido perseguido pelo representado.

Leia na íntegra a peça da representação que segundo a defesa do prefeito tem elementos de comprovação contra os atos do Procurador:

Aqui rep eduardo nicolau TJMA